

que recebem os trabalhadores do sal e dado o alto custo de vida no Município de São João, o salário mínimo não atende as mínimas despesas do trabalhador e sua família; fez apelo a todos os seus colegas, que continuam preocupados com o problema do funcionalismo Municipal, pois tão logo tenha a Municipalidade melhorado sua arrecadação, se estude novo aumento para os referidos trabalhadores que muito necessitam. Usou a palavra o senhor Presidente, para esclarecer que mesmo tendo sido contrário a realização da citada reunião como senhor Prefeito e tendo solicitado seu novo comparecimento, declarou que comparecera por motivo de vários pedidos de seus colegas e de S. Excia. o senhor Prefeito; afirmou que a referida reunião obteve resultado satisfatório e possível para a solução do problema. O requerimento foi pelo senhor Presidente colocado em votação o referido processo, tendo sido aprovado por unanimidade, com exclusão apenas dos vereadores. Manoel Antunes e José Augusto Corrêa, que estavam fora do recinto. Foram aprovados em votação final o processo número 32/63, regulamentação do Imposto Territorial Rural. Falou o Vereador Stélio Santos em explicações pessoal, respondendo a continuacão do período extraordinário; que a partir da próxima sessão fôsse feita uma interrupção por dez dias, para reunião dos vereadores; voltasse-mos a reunir a partir do dia 6 de maio de 1963; o que foi aceito por todos os presentes. Tudo mais haverá a tratar o senhor Presidente encerrou a presente reunião, marcada para o dia 26 do corrente nova sessão da Câmara. Para constar, eu Hélio José de Souza, Secretário, fará a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada na forma legal.

J, l V. e S.

Ata da sessão extraordinária realizada pela Câmara Municipal de São João no dia 26 de Abril de 1963

Hos vinte e seis dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e três, reuniu-se a Câmara Municipal de São João, em sessão extraordinária, sob a Presidência do Vereador Joaquim Vieira de Aquiá e com a presença dos seguintes Vereadores: Hélio José de Souza, Joaquim Luiz Corrêa, Jandyr Alves Bravo, Moisés Bessa Ferreira e José Augusto Corrêa; havendo número legal foi iniciada a reunião,

procedendo-se a leitura da ata da última sessão, sendo a mesma aprovada. Não havendo expediente para ser lido, o senhor Presidente franqueou a palavra. Não havendo nenhum orador inscrito para falar, o senhor Presidente passou a Ordem do Dia que constou da discussão e aprovação em redação final, do processo número 53/63, projeto que reestrutura o funcionalismo Municipal; Foi devidamente tratado, o senhor Presidente encerrou a presente reunião marcada para o dia 6 de maio do corrente ano, nova sessão da Câmara; Para constar, eu Aldir José de Souza, secretário, farei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada na forma legal.

J. J. V. de S.

Ata da sessão extraordinária realizada pela Câmara Municipal de Cabo Frio, no dia 6 de maio de 1963.

Nos seis dias do mês de maio de mil, novecentos e sessenta e três, reuniu-se a Câmara Municipal de Cabo Frio, em sessão extraordinária, sob a Presidência do Vereador Joaquim Vieira de Aguiar e com a presença dos seguintes Vereadores: Aldir José de Souza, Stélio de Jesus Carvalho dos Santos, José Augusto Lacerda, Antônio Lacerda e Mousés Bessa Teixeira. Fazendo mero legal, foi iniciada a sessão, procedendo-se a leitura da ata da última reunião, tendo sido a mesma aprovada; constou da leitura do expediente: Processo número 63/41, mensagem do Prefeito Municipal solicitando autorização para firmar convênio com o Banco do Brasil, para cobrança de taxas. Processo número 63/40, mensagem do Prefeito Municipal, propondo fixação de salários para carpinteiros e pedreiros. Terminada a leitura do expediente o senhor Presidente franqueou a palavra; pela ordem de inscrição ao Vereador Mousés Bessa Teixeira, que falou sobre o 1º de maio dizendo que outra acasão deve participar todos os vereadores, que são os legítimos representantes do povo; Falou na criação de uma frente parlamentar, para que através da mesma possa-se tratar dos problemas do alto interesse do povo e do município; Falou sobre o mercado de peixe, dizendo que a resolução aprovada ultimamente, que deu novos moldes administrativos àquele próprio Municipal, a seu entender carecia de emenda; Finalmente solicitou permissão para retirar-se alegando motivo motivado de sua saída. Seguiu mou a palavra o Vereador Antônio